



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

CANAL DE VOZ



SINTTEL-ES

Informativo do Sinttel-ES nº 831 - www.sinttel-es.org.br - 08/07/2016

SINTTEL-ES

TELEFONICA/VIVO

Empresa apresenta proposta de PPR 2016 e 2017

Sinttel convoca assembleia para avaliar proposta

Depois de duas reuniões praticamente improdutivas, a Vivo apresentou nesta quarta-feira, dia 6, sua proposta do Programa de Participação nos Resultados para 2016 e 2017, o chamado PPR. O acordo seria feito por dois anos.

A empresa oferece pagamentos diferenciados para os seus "colaboradores", mas que precisam ser discutidos e avaliados por todos. A assembleia está marcada para esta segunda-feira.

Data: 11/07
8 horas

Prédio da antiga GVT (Vivo 2)

10 horas

no Auditório da Vivo (Vivo 1)

PPR 2016 e 2017 potencial do programa (prêmio)

| Segmento | Origem Telefonica 2016 | Origem GVT 2016 | Ambas origens 2017 |
|----------------|------------------------|--|--------------------|
| Administrativo | 2,20 salários | Com RV (1,63) 0,5 salários (4/12) e 2,20 salários (8/12) | 2,20 salários |
| | | Sem RV (2,05) 1,75 salários (4/12) e 2,20 salários (8/12) | |
| | | Coordenadores (2,18) 2,15 salários (4/12) e 2,20 salários (8/12) | |
| Loja | 2,20 salários | Não se aplica | 2,20 salários |

Para 2016 a empresa propõe a seguinte situação:

Origem Telefônica

➔ Para os empregados administrativos e lojas - o prêmio seria de, no máximo, 2,2 salários.

Origem GVT

➔ Aos empregados administrativos, o potencial (prêmio) é de 1,63 salários, sendo que aqueles que recebem RV terão 0,5 salários proporcional aos 4 primeiros meses do ano e 2,2 salários para os 8 meses restantes, também proporcional, o que significa rece-

ber, no máximo, 1,63 salários.

➔ Aos empregados administrativos, que NÃO recebem RV o potencial (prêmio) é de 2,05 salários, sendo que terão 1,75 salários proporcional aos 4 primeiros meses do ano e 2,2 salários para os 8 meses restantes, também proporcional, o que significa receber, no máximo, 2,05 salários.

➔ Para os coordenadores, a conta é semelhante e o máximo a receber chegaria a 2,18 salários.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

PPR 2016 e 2017 Potencial do Programa (prêmio)

| Segmento | Origem Telefonica 2016 | Origem GVT 2016 | Ambas origens 2017 |
|----------|------------------------|--|-------------------------|
| Campo | Não se aplica | Com RV (0,83) 0,5 salários (4/12) e 1,0 salários (8/12) | Com RV 1,0 salário |
| | | Sem RV * (2,05) 1,75 salários (4/12) e 2,20 salários (8/12) | Sem RV 2,20 salários |

Para 2016 a empresa propõe a seguinte situação aos trabalhadores de campo origem GVT:

➔ Aos empregados de campo COM RV, o potencial (prêmio) é de 0,83 salário, sendo que terão 0,5 salários proporcional aos 4 primeiros meses do ano e 1,0 salário para os 8 meses restantes, também proporcional, o que significa receber, no máximo, 0,83 salário.

➔ Aos empregados de campo SEM RV, o potencial (prêmio) é de 2,05 salários. Terão 1,75 salários proporcional aos 4 primeiros meses do ano e 2,2 salários para os 8 meses restantes, também proporcional, o que significa receber, no máximo, 2,05 salários.

Para 2017 a empresa propõe a seguinte situação:

➔ Para os trabalhadores administrativos, origem Telefônica e GVT, mais os trabalhadores de Loja, a empresa propõe o prêmio máximo de 2,2 salários.

➔ Para os trabalhadores de campo, origem GVT, a empresa mantém as diferenças para quem recebe

ou não recebe RV, na seguinte forma:

➔ Com RV, o prêmio máximo seria de 1,0 salário

➔ Sem RV, o prêmio máximo seria de 2,2 salários

Proposta de adiantamento:

ADMINISTRATIVOS que:

Não recebem RV ➔ 1,0 salário

Recebem RV:

➔ Origem Telefonica = 1,0 salário

➔ Origem GVT = 0,8 salários

CAMPO

Não recebem RV ➔ 1,0 salário

Recebem RV ➔ 0,4 salários

LOJA

➔ 1,0 salário

Proposta de Pagamento:

Poderá ser feito até o dia 29/07/2016, caso a proposta seja aprovada pela assembleia.

CANAL DE VOZ

Informativo do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES.
Tel.: (27) 3223.4844
Rua Barão de Monjardim, 251, 29010-390 Centro, Vitória – ES
www.sinttel-es.org.br
sinttel@sinttel-es.org.br
Responsabilidade Editorial
A diretoria
Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda Tel.: (27) 3084-5666
Jornalista: Tânia Trento
(MTE-ES 341/86)

Bora lá na assembleia para decidir!

07/07/2016 - Telesíntese

Telefónica e Telecom Italia assinam manifesto que rechaça a neutralidade de rede

Iniciativa recebeu apoio também de fornecedores de infraestrutura como Ericsson e Huawei. Todos concordam com visão de que o conceito de neutralidade proposto pelo Berc, e hoje em consulta pública, atrapalha o desenvolvimento da 5G.



Um conjunto de 17 operadoras e fabricantes europeus do setor de telecomunicações, entre as quais Telefónica, que no Brasil controla a Telefônica Vivo, a Telecom Italia, dona da TIM, e a Ericsson, publicou um manifesto pedindo atenção do governo da União Europeia para o desenvolvimento da quinta geração das redes móveis.

O texto faz uma série de exigências, como leis mais simples, modelos de investimento que compartilhe os riscos entre empresas, e ataca o conceito de neutralidade de rede proposto pelo grupo de reguladores europeus (Berc) e aplaudido por organizações da sociedade civil local.

“A indústria de telecomunicações alerta que as diretrizes atuais para a neutralidade de rede do Berc cria incertezas significativas em torno do investimento na 5G”, diz o manifesto. Na visão das empresas, a proposta atualmente em pauta é restritiva, inibe a inovação e impede o surgimento de serviços especializados. “A 5G introduz o conceito de fatiamento de rede para acomodar uma grande variedade de modelos de negócio”, frisa o texto.

O documento acrescenta que direção autônoma, controle de smart grid, realidade virtual e serviços de segurança pública exigem da lei a permissão para funcionar de forma diferente das vistas na proposta para a neutralidade de rede do Berc. “O objetivo da 5G de criar novas oportunidades de negócio e satisfazer necessidades do usuário final estaria em risco”, avisa.

A proposta do Berc, em consulta pública até o final de agosto, proíbe o conceito de zero-rating, a criação de planos de acesso a serviços ou conteúdos específicos da internet. As empresas também ficam obrigadas a informar claramente o consumidor sobre o gerenciamento de rede praticados que pode interferir na entrega da velocidade contratada.

No manifesto, as operadoras reiteram o compromisso de ter ao menos uma cidade, em cada país do bloco europeu, operando rede comercial 5G, com testes e casos de uso iniciando em 2018. Além das 17 operadoras, Huawei e associações como ETNO e GSMA, que reúnem outras operadoras e fabricantes, soltaram notas posteriores apoiando a iniciativa.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/07/2016 - Telesíntese

Minoritário quer assembleia para mudar o Board da Oi

Oi tem oito dias para convocar a assembleia, conforme a Lei das S.A.

O fundo Societé Mondiale, gerido pela Bridge, de Nelson Tanure, dono de 6,64% da Oi, protocolou um pedido de realização de assembleia geral extraordinária da companhia, com base na Lei das S.A. O objetivo da AGE é discutir a recuperação judicial da concessionária, e, principalmente, propor a destituição dos representantes portugueses no conselho de administração da tele.

O Societé quer votar, uma a uma, a destituição de Rafael Luis Mora Funes (titular) e João do Passo Vicente Ribeiro (suplente); João Manuel Pisco de Castro (titular) e Pedro Guimarães e Melo de Oliveira Guterres (suplente); Luís Maria Viana Palha da Silva (titular) e Maria do Rosário Amado Pinto Correia (suplente); André Cardoso de Menezes Navarro (titular) e Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos (suplente); Pedro Zañartu Gubert Morais Leitão (titular sem suplente); Marcos Grodetzky (titular sem suplente).

A AGE também já deverá tratar da eleição de novos titulares e suplentes do conselho, em substituição aos nomes acima, como para as vagas deixadas por Sérgio Franklin Quintella e Joaquim Dias de Castro,

que renunciaram aos cargos recentemente.

O Societé quer um conselho formado apenas por executivos independentes, em vez dos portugueses indicados pela Pharol – hoje a maior acionista individual na operadora brasileira. A proposta indica os nomes do ex-ministro das Comunicações Helio Costa; Demian Fiocca, ex-VP do BNDES; José Vicente dos Santos, ex-assessor do Minicom; João Manuel Pinho de Mello, consultor e professor da PUC-Rio; Pedro Grossi Junior, ex-assessor parlamentar e do Ministro da Fazenda Francisco Dornelles; Leo Simpson, ex-presidente da Intelig; Jonathan Dann, ex-diretor executivo do J.P. Morgan e Barclays Capital; Marcelo Itagiba, superintendente da Polícia Federal.

Materiam os cargos José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, Ricardo Malavazi Martins e Thomas Cornelius Azevedo Reichenheim, bem como o atual membro suplente do Conselho de Administração Sérgio Bernstein, até o fim do mandato, em 2018.

A Oi tem oito dias para convocar a assembleia, com base neste pedido.

08/07/2016 - Convergência Digital

Anatel prorroga indicação de administrador judicial da Oi

A Anatel decidiu prorrogar por mais três dias a apresentação de interessados em atuar como administrador judicial no processo de recuperação da Oi. O prazo terminaria nesta sexta, 8/7, mas foi esticado até às 18h de segunda, 11/7. O procedimento continua o mesmo.

As pessoas jurídicas interessadas devem preencher um formulário eletrônico na página da Anatel na internet. Além de se identificar, devem indicar quantos

empregados possuem, faturamento e se têm algum tipo de relação, atual ou pretérita com a Oi.

“A Consulta de Interessados tem como objetivo atender decisão do juiz Fernando Cesar Ferreira Viana que determinou que a Agência indique até cinco nomes de pessoas jurídicas com idoneidade e expertise para serem avaliados para nomeação como Administrador Judicial do caso”, lembra a agência.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/07/2016 - Vermelho

Governo anuncia rombo de R\$ 139 bi em 2017 e entrega do patrimônio

Pressionado pelo mercado, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, anunciou na noite desta quinta (7) um rombo de R\$ 139 bilhões como meta fiscal para 2017. Segundo ele, para chegar ao valor, será preciso não só cortar gastos, mas obter receitas adicionais via concessões, venda de ativos, outorgas de campos de petróleo e possível aumento de tributo. A meta contradiz o discurso de austeridade de Michel Temer e é mais que o dobro do déficit estimado pela presidenta Dilma Rousseff - R\$65 bilhões.

Além do rombo de R\$ 139 bilhões para a União, a equipe econômica estabeleceu meta de déficit de R\$ 3 bilhões para as estatais e de R\$ 1,1 bilhão para estados e municípios. Se forem levados em consideração os três entes, a meta de resultado negativo sobe para R\$ 143,1 bilhões.

“Temos de enfrentar aumentos constantes das despesas federais há duas décadas. Tivemos de considerar esforço principalmente focado nas despesas e na geração de receitas adicionais”, disse Meirelles, que sinaliza para a entrega do patrimônio nacional às empresas privadas e estrangeiras e abre brecha para uma sensível ampliação dos impostos. A expectativa do governo é arrecadar no ano que vem R\$ 55 bilhões a mais do que seria esperado.

Quando a estimativa de déficit partiu do governo Dilma, foi classificada pelas forças hoje governistas como “irresponsabilidade fiscal” - aliás, argumento utilizado no pedido de impeachment da presidenta.

O ministro usou mais uma vez a estratégia do bode na sala, ao afirmar que o déficit poderia chegar a R\$ 270 bilhões, mas foi reduzido com a proposta de limitação do gasto público à inflação do ano anterior. “Apenas com a aplicação desse teto, com as despesas públicas sem crescimento real, o déficit ainda seria negativo em R\$ 194 bilhões”, disse, para justificar a necessidade de “receitas adicionais”.

O déficit primário corresponde à diferença entre arrecadação e gastos do governo, sem levar em conta as despesas com os juros da dívida interna pública. O novo valor será incluído, por meio de emenda, ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, enviado ao Congresso Nacional em abril.

O projeto original da LDO previa, para 2017, meta fiscal zero para o Governo Central e superávit de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) para estados e municípios. No entanto, meca-

nismos de abatimento da meta permitiriam que a União registrasse déficit de até R\$ 65 bilhões.

Tal valor foi considerado irrealista pela nova equipe econômica, que, para 2016, já havia optado por anunciar o maior déficit da história, R\$ 170,5 bilhões, de forma a ter folga para negociar com sua base política fisiológica, preservando a maioria parlamentar e retribuindo o apoio ao impeachment.

No anúncio desta quinta, Meirelles disse que todos os cálculos necessários foram feitos para que as despesas evoluíssem levando em conta o limite máximo baseado na inflação do ano anterior. Para ele, apesar de tudo, o resultado é uma “vitória da austeridade”.

Contrariando a agenda da Fiesp, Meirelles afirmou: “Não descartamos aumentos pontuais de impostos”. Segundo ele, isso deve ser definido até o final de agosto. De acordo com o governo, a previsão de crescimento do PIB para 2017 é de 1,2%.

Medidas impopulares

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, reiterou que o governo vai adotar medidas impopulares para garantir o cumprimento da meta fiscal de 2017. Indagado sobre essa possibilidade após a votação final do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, Padilha confirmou: “Terão que vir medidas que não são as mais agradáveis e tantas outras virão”, afirmou ele.

Nesta quinta, o governo já anunciou a alteração em benefícios como a aposentadoria por invalidez e auxílio-doença e o acesso de trabalhadores a fundos de previdência complementar.

Serão revisados os chamados benefícios por incapacidade de longa duração. Para isso, mais de 100 mil perícias por mês serão feitas com o objetivo de checar se os trabalhadores afastados nessa condição continuam incapazes de realizar seus trabalhos.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/07/2016 - Carta Capital

Cunha, a eminência parda

O grande promotor do golpe renuncia à presidência da Câmara para emplacar seu sucessor, escapar à cassação e mandar no bastidor

Os olhos marejados de Eduardo Cunha e os relatos jornalísticos em tom de obituário, lembrando sua trajetória da ascensão à queda, podem levar muitos a acreditar que o rei (ou o figurão) está morto e logo outro assumirá o posto, trono ou poltrona que seja.

Réu no Supremo Tribunal Federal e recordista de inquéritos na Lava Jato, o peemedebista viu-se compelido a renunciar à presidência da Câmara na quinta-feira 7. É precipitado apostar, porém, na iminente capitulação do astuto enxadrista. Ao sacrificar a rainha, o parlamentar apenas manobra para sair de xeque, tornando-se eminência parda do interino governo que pôs de pé.

Com a renúncia, Cunha costura um acordo para emplacar um aliado no comando da Casa. Tem pressa, pois é dada como certa a rejeição dos recursos apresentados por sua defesa na Comissão de Constituição e Justiça.

Não pode correr o risco de seu processo de cassação chegar ao plenário sob a condução de Waldir Maranhão, antigo aliado com quem rompeu há algum tempo. De quebra, ao retornar para as sombras, Cunha espera colher um empenho menos envergonhado da equipe de Michel Temer, seu parceiro e principal beneficiário na aventura do impeachment.

O governo provisório fez o que pôde para tentar salvá-lo, mas foi extremamente inábil na tarefa de esconder as pegadas. Temer recebeu o presidente afastado da Câmara no Palácio do Jaburu no domingo 26.

Um encontro clandestino, na calada da noite, sem registro na agenda oficial, desmentido inicialmente por Cunha, confirmado pela equipe do Planalto após surgirem os primeiros boatos na mídia. Na terça 28, Temer esteve com o peemedebista Osmar Serraglio, presidente da CCJ da Câmara, durante uma viagem ao Paraná.

Coincidentemente, nesse mesmo dia, o deputado Ronaldo Fonseca, líder do PROS, foi nomeado para

relatar o recurso apresentado à Comissão por Cunha, seu aliado.

Toma lá, dá cá. Pouco antes de tornar público seu parecer, favorável ao retorno do processo de cassação para o Conselho de Ética, Fonseca pôde folhear o Diário Oficial da União da quarta-feira 6, e saborear a nomeação de José Ricardo Marques, seu apadrinhado, para a direção do Arquivo Nacional.

A digital de Temer na trama irritou os adversários de Cunha. "Há uma clara interferência do governo no andamento do processo, o que é gravíssimo. Primeiro, por tratar-se de uma questão do Parlamento.

Segundo, porque o governo não pode usar os instrumentos que tem para coagir ou induzir quem quer que seja para salvar o mandato de Eduardo Cunha", afirma Alessandro Molon, líder da Rede na Câmara.

Em seu relatório, Fonseca defendeu a anulação da votação ocorrida no Conselho de Ética em 14 de junho, quando a maioria do colegiado aprovou parecer pela cassação do mandato de Cunha. Alegação: a ordem da votação, nominal e por blocos partidários, não está prevista regimentalmente.

Balela, na avaliação do deputado petista Wadih Damous, ex-presidente da OAB do Rio de Janeiro, a tese não se sustenta. "Não houve qualquer prejuízo à defesa de Cunha. No momento da votação, isso não foi questionado e o advogado dele estava presente. Pela mesma lógica, o impeachment de Dilma também poderia ser anulado, pois se deu com votação nominal, e não por painel eletrônico."

Logo após o anúncio da renúncia do presidente afastado da Câmara, Serraglio encampou outra manobra para favorecer o peemedebista. O presidente da CCJ decidiu cancelar a sessão prevista para a segunda-feira 11, na qual começaria a discussão e votação do relatório de Fonseca.

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/revista/909/cunha-a-eminencia-parda>